

HIPISMO PARALÍMPICO BRASILEIRO: UMA REVISÃO NARRATIVA

BRAZILIAN PARA EQUESTRIAN: A NARRATIVE REVIEW

Juliana Maia
Ester Liberato Pereira
Janice Zarpellon Mazo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil
Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG, Brasil

Resumo

O Hipismo Paralímpico é um esporte com história relativamente recente no Brasil. O presente estudo tem o objetivo averiguar em que cenários o Hipismo Paralímpico é retratado nas discussões e nos temas dos trabalhos publicados. Para isso, foi realizada uma revisão narrativa acerca da produção acadêmica nacional sobre o hipismo paralímpico brasileiro. A busca foi delimitada para abranger produções acadêmicas disponíveis on-line e utilizou as palavras-chave “hipismo paralímpico” e “adestramento paraequestre”. Em seguida, a busca foi ampliada, ao utilizar diversas combinações de termos, associando a pessoa com deficiência às práticas equestres. Os textos encontrados foram agrupados em três temáticas: a) Representações de atletas paralímpicos; b) Hipismo Paralímpico e a equoterapia; c) Militares e as práticas paraequestres. Constatou-se que os tópicos levantados são fundamentais para o entendimento de contextos e culturas pertinentes ao Hipismo Paralímpico brasileiro.

Palavras-chave: Atividade Motora Adaptada. Hipismo Paralímpico. Adestramento paraequestre. Equoterapia.

Abstract

Para Equestrian is a sport with a relatively recent history in Brazil. The present study aims to investigate in what scenarios the Para equestrian is portrayed in the Brazilian academic production. In order to achieve that goal, a narrative review was produced. The search was limited to encompass academic productions available online and used the keywords “para equestrian” and “para equestrian training”. Then, the search was expanded, using different combinations of terms, associating people with disabilities with equestrian practices. The texts found were grouped into three themes: a) Representations of Paralympic athletes; b) Para Equestrian and *equoterapia*; c) Military and paraequestrian practices. It was found that the topics raised are fundamental for understanding contexts and cultures relevant to Brazilian Para Equestrian.

Keywords: Adapted Physical Activity. Equestrian. Paralympics. Para Equestrian. Equoterapia.

1 Introdução

O Hipismo Paralímpico¹ é uma prática relativamente recente no Brasil, sendo datada do século XX. Embora a relação terapêutica com os cavalos, conhecimento que está relacionado às origens do Adestramento Paraequestre², apresente registros desde 460 a.C., uma história do paradesporto hípico remonta à década de 1970, quando a modalidade “adestramento” despontou, pela primeira vez, na Inglaterra e na Escandinávia (Almeida; Carmo; Rodriguez, 2012). Já no Brasil, as práticas do Adestramento Paraequestre têm a origem de sua estruturação diretamente relacionada à equitação clássica e à Equoterapia, ambas introduzidas no país com a participação “[...] de militares, sejam do exército ou de polícias militares” (Pereira; Bertoldi, 2016, p. 6). Em seguida ao pioneirismo das instituições militares, as práticas foram, de forma gradual, sendo incorporadas por civis, que passaram a se destacar nas competições esportivas.

O hipismo faz parte do programa dos Jogos Paralímpicos de verão desde a edição de 1996, em Atlanta (EUA), quando teve sua apresentação oficial. A modalidade havia sido exibida, anteriormente, em 1984, na edição dos Jogos Paralímpicos realizada em Nova York (EUA). Mas, devido à pouca adesão, as provas foram suspensas. Na edição dos Jogos Paralímpicos do ano de 2000, em Sidney (Austrália), a modalidade ganhou expressividade e, nesse mesmo ano, o Adestramento Paraequestre foi oficialmente introduzido no Brasil, em especial pelas mãos de Gabriele Brigitte Walter, fisioterapeuta, psicóloga, instrutora de equitação e especialista em equoterapia, com formação na Suíça, na Itália e na Alemanha.

Em 2002, o Hipismo Paralímpico foi regulamentado junto à Confederação Brasileira de Hipismo (Almeida; Carmo; Rodriguez, 2012; Pereira; Bataglion; Mazo, 2020). Algumas ações direcionadas à preparação de atletas de alto rendimento, visando à participação em competições internacionais, repercutiram anos depois, quando sucedeu a estreia do Brasil em Jogos Paralímpicos, em 2004, em Atenas (Grécia), com Marcos Fernandes Alves (Joca). E, na edição de 2008, nos Jogos Paralímpicos de Pequim (China), o Brasil competiu pela primeira vez em equipe, nessa modalidade. Neste evento, o atleta João Marcos Fernandes, o Joca, retornou ao Brasil com duas medalhas de bronze, sendo uma na categoria individual e outra em equipes. Esta conquista se

1 Para que seja padronizado com a grafia de Adestramento Paraequestre (ver nota 2), o Hipismo Paralímpico será referido com caixa alta em ambas as palavras doravante no texto, em consonância também, com o Regimento Interno da Academia Paralímpica Brasileira, que fixa a grafia de “Esporte Paralímpico” dessa mesma forma.

2 De acordo com publicação do Comitê Paralímpico Internacional denominada *International Paralympic Committee Style Guide*, a terminologia correta da modalidade hípica paralímpica é “Para equestrian” com caixa alta apenas na primeira palavra. Uma vez que a estrutura da expressão “paraequestre” é distinta em ambas as línguas, optou-se por colocar caixa alta no início da palavra, bem como na expressão “adestramento”. Dessa forma, doravante a modalidade será chamada Adestramento Paraequestre no texto.

repetiu oito anos depois, na edição dos Jogos Paralímpicos de 2016, realizados no Rio de Janeiro, quando o atleta Sérgio Oliva também conquistou duas medalhas de bronze.

Nota-se, diante de tais informações, que o percurso do hipismo como esporte paralímpico é recente, inclusive quando comparado com outras modalidades de paradesporto estabelecidas no país no século XX. Deste modo, ainda há diversos obstáculos para o seu desenvolvimento no Brasil. O estudo de Pereira e Bertoldi (2016, p. 6) constatou que o esporte paraquestre “[...] depara-se com diferentes empecilhos e carece muito de desenvolvimento e ampliação para que mais atletas sejam estimulados e patrocinados em distintos estados, podendo, de tal modo, colaborar para uma abertura a novos e talentosos cavaleiros”. Além disso, deve-se ponderar acerca de barreiras enfrentadas por atletas e treinadores(as) diante das características da modalidade.

Cabe esclarecer que o Hipismo Paralímpico contempla as deficiências físico-motora e visual, bem como os gêneros masculino e feminino. O Adestramento Paraequestre é a única prova do programa, sendo ele individual, estilo livre individual e por equipes. As classes do Hipismo Paralímpico são: grau I, para cadeirantes com comprometimento severo nos quatro membros; grau LI, para cadeirantes ou andantes com boa funcionalidade dos braços e atletas com comprometimento unilateral severo ou cegos; grau LLI, para andantes com comprometimento unilateral moderado nos quatro membros ou severo nos braços, bem como atletas com deficiência visual severa; grau LV, para atletas com comprometimento leve em um ou dois membros ou deficiência visual moderada; e grau V, para atletas com comprometimento leve em um ou dois membros ou deficiência visual leve.¹ Ainda, cabe esclarecer que, no Adestramento Paraequestre, assim como no hipismo clássico, o atleta é julgado em conjunto com seu cavalo, o que coloca em destaque a relação entre ambos, “[...] sendo assim, ensinar equitação começa pelo contato homem/animal, pelo entendimento de seus sentidos e, mais ainda, quando se trata de pessoas com deficiência, é a formação desse conjunto” (Almeida; Carmo; Rodriguez, 2012, p. 157).

Frente a tais considerações, a revisão narrativa acerca da temática do Hipismo Paralímpico brasileiro tem como objetivo averiguar em que cenários o Hipismo Paralímpico é retratado nas discussões e nos temas dos trabalhos publicados. Além disso, trata-se de verificar como o assunto é abordado e quais são as principais questões elencadas nas publicações nacionais. Outrossim, propõe-se a perceber de que forma o Hipismo Paralímpico é citado em temas que o tangenciam, notadamente aqueles que tratam das questões comuns ao esporte paralímpico como um todo ou de temas relacionados às práticas equestres terapêuticas.

¹ Fonte: Comitê Paralímpico Brasileiro. Disponível em <https://www.cpb.org.br/modalidades/53/hipismo>. Acesso em 2 de mar. de 2023.

2 Método

O estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa, uma vez que busca investigar a produção escrita sobre o Hipismo Paralímpico brasileiro. De acordo com Rother (2007), tal perspectiva de abordagem das produções acadêmicas se caracteriza por focar “[...] publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o ‘estado da arte’ de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual” (p. 1). Em outras palavras, constituem-se da análise da literatura publicada em livros e artigos de revistas impressas ou eletrônicas e da análise crítica pessoal do autor. Embora a autora (Rother, 2007) afirme que a revisão narrativa não requer que sejam necessariamente informados a metodologia para a busca de referência ou os critérios utilizados na seleção dos textos que a compõem, optou-se por traçar um recorte específico.

Dessa forma, não foi fixado um período, mas delimitou-se a busca para abranger produções acadêmicas que estivessem disponíveis on-line. Uma vez que as conquistas e a história do Hipismo Paralímpico brasileiro são bastante recentes, conforme exposto anteriormente, a escolha se justifica. Entende-se, assim, que a análise das publicações disponíveis em banco de dados on-line poderá ser capaz de conseguir demonstrar o estado da produção acadêmica acerca do tema, quais pontos se destacam e que tipo de abordagem o assunto tem recebido.

Com essa intenção, efetuou-se buscas em bancos de dados de publicações acadêmicas, quais sejam: Periódicos Capes, *Google Scholar*, *Scielo* e SABI UFRGS. As palavras-chave escolhidas, em um primeiro momento, foram “hipismo paralímpico” e “adestramento paraequestre”. Constatada a carência de material específico sobre o tema, ampliou-se a pesquisa, utilizando-se diferentes combinações entre as expressões “pessoa com deficiência”, “hipismo”, “pessoa com necessidades especiais”, “equoterapia”, “esporte paralímpico”, “esporte paraolímpico”, “paradesporto” e “práticas equestres”.

Ainda que não seja mais utilizada desde a Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, a expressão “pessoa com necessidades especiais” fez parte do rol de termos pesquisados para não excluir a produção da época em que a nomenclatura era referenciada. O mesmo ocorre com a expressão “esporte paraolímpico”, que passou a não ser mais considerada adequada após o acordo ortográfico de 2012, que unificou a forma para se referir aos Jogos Paralímpicos e aos atletas paralímpicos entre todos os países que adotam a língua portuguesa como oficial (Vicoli; Caram, 2016). No caso do termo “equoterapia”, foram selecionados os trabalhos relacionados com este método terapêutico e educacional ou com a área da Educação Física, bem como aqueles que tratam do histórico da prática.

Foram descartados artigos escritos em língua portuguesa que não faziam referência à história do hipismo brasileiro. Ademais, não foram consideradas as informações contidas em artigos que continham a expressão “hipismo paralímpico” apenas para fins de delimitar o rol de esportes que compõem os Jogos Paralímpicos.

3 Resultados e discussões

A pesquisa realizada demonstrou que ainda há certa carência de produção acadêmica específica sobre a temática do Hipismo Paralímpico brasileiro como assunto principal. Outrossim, temas que tangenciam ou se relacionam com o esporte foram encontrados nos artigos (4), trabalhos de conclusão de curso (4), dissertação (1) e tese (1) consultados, bem como houve textos que apresentaram a temática em conjunto com outros esportes paralímpicos, notadamente os trabalhos que trataram sobre a trajetória dos paratletas ou a abordagem midiática a seu respeito (4). Verificados esses temas recorrentes, foi realizada pesquisa na literatura relacionada, a fim de embasar a discussão presente neste tópico. À luz do disposto em materiais que tratam sobre o esporte paralímpico em geral, bem como naqueles que apresentam a história do hipismo enquanto esporte no país e nos que trataram das origens da Equoterapia, foi possível realizar uma análise crítica da produção acadêmica pesquisada. A leitura do conjunto desses conteúdos permitiu o vislumbre de algumas narrativas referentes ao Hipismo Paralímpico no Brasil.

Assim, os pontos em comum e de destaque foram agrupados de acordo com seu tema geral. Na sequência, serão apresentados os três tópicos construídos a partir da análise dos trabalhos investigados.

3.1 Representações de atletas paralímpicos

Nas produções encontradas na pesquisa, surgiram textos que se dedicaram a discorrer sobre a história de atletas paralímpicos do hipismo. Pereira e Bertoldi (2016), em seu trabalho sobre representações sociais, discorreram acerca da trajetória de Fernando Marcos Fernandes Alves, o Joca, no esporte. Tonon (2022) apresentou a história do cavaleiro Rodolfo Rhiskalla, entre outros paratletas, com a proposta de identificar e recontar, sob a ótica do imaginário, os “instantes significativos” de atletas que tiveram interrompida sua trajetória por alguma eventualidade (acidente ou doença degenerativa) e reconstroem seu percurso como atletas paralímpicos.

Ao descrever a trajetória de Joca, inclusive com o depoimento do atleta paralímpico registrado como história oral, Pereira e Bertoldi (2016) teceram uma teia de relações tanto com as representações sociais que permeiam a prática quanto com a própria história do Hipismo Olímpico e do Hipismo Paralímpico, “[...] evidenciando

as sociabilidades que pautaram o desenvolvimento desta prática” (p. 1), bem como tratando dos grupos sociais que influenciam e são influenciados por esse contexto. Joca iniciou no hipismo ainda na infância, na escolinha de equitação da Sociedade Hípica de Brasília. Após, ingressou no 1º Regimento de Cavalaria de Guarda, também em Brasília, competindo nas provas de saltos. Sua promissora carreira como cavaleiro sofreu um revés quando o cavalo em que montava fraturou um de seus membros e caiu, em um acidente que deixou Joca com paraplegia. Após permanecer no hipismo como instrutor, Joca passou a praticar o Adestramento Paraequestre em 2003 e, no ano seguinte, se classificou para os Jogos Paralímpicos de Atenas. Na edição seguinte do evento, em 2008, nos Jogos Paralímpicos de Pequim, conquistou duas medalhas de bronze.

Ao se debruçarem sobre a trajetória de Joca, as autoras puderam analisar questões pertinentes às práticas equestres, como a distinção social dos praticantes, oriunda de um imaginário acerca das modalidades, que está diretamente relacionado à sua conjuntura histórica e sociocultural. Uma das prováveis origens do hipismo está ligada às elites e à aristocracia da Inglaterra do século XVIII, mas também está fortemente atrelada a práticas militares. No Brasil, as práticas do hipismo foram introduzidas por militares e foram gradualmente sendo incorporadas por civis. Ao interpretar a trajetória deste atleta paralímpico

[...] foi possível perceber a construção, consolidação e embasamento ainda atuais de ações pautadas em representações do hipismo vinculadas a uma propaganda autoridade em termos de conhecimento e técnica do meio militar sobre o civil nesta prática (Pereira; Bertoldi, 2016, p. 3).

Logo, Tonon (2022), por meio do método das narrativas biográficas, encontrou, na história de diversas atletas que transitaram do esporte olímpico ao paralímpico, o instante significativo que proporcionou essa ruptura. O hipismo, nesse trabalho, é representado por Rodolpho Riskalla, atleta olímpico que migrou para o Adestramento Paraequestre após uma meningite que resultou na amputação de membros. Assim como Joca, Rodolpho partiu para o Adestramento Paraequestre após iniciar sua carreira nas competições de hipismo; porém, ao contrário do colega, sempre atuou nas provas de adestramento. Tonon (2022) destaca que os protagonistas de sua pesquisa são os atletas. Nesse caso, embora o Hipismo Paralímpico não seja personagem principal do trabalho, o relato de Rodolpho Riskalla, apresentado pela autora, pode ser ponto de partida para discussões que influenciam diretamente na produção de conteúdo e na divulgação desse esporte.

A centralidade da figura do atleta e a narração de sua trajetória são pontos comuns presentes tanto nos textos que tratam de atletas paralímpicos quanto de atletas olímpicos. No entanto, com relação ao atleta paralímpico, existe a questão da deficiência, que é fortemente explorada, inclusive para fins de tratá-lo como exemplo de superação. O conceito de “supercrip” diz respeito à “[...] tendência sensacionalista de divulgação do atleta com deficiência como um herói que, mesmo com as desvantagens que lhe são impostas, supera-as e consegue feitos extraordinários” (Marques *et al.*, 2014, p. 1004). Santos e Souza (2016), ao revisarem a literatura referente à cobertura dos Jogos Paralímpicos de Atlanta (1996) e Pequim (2008), apresentaram estudos que concluíram que a mídia tende a retratar os atletas primeiramente como vítimas e, posteriormente, como heróis e exemplos de superação e coragem (p. 11). “[...] Essa percepção implica um processo estereotipante que requer uma luta pessoal contra as limitações, para superá-las e alcançar o sucesso” (Marques *et al.*, 2014, p. 1004). Embora esse tipo de abordagem não seja identificado nos estudos de Tonon (2022) e Pereira e Bertoldi (2016), é bastante comum que essa ocorra na divulgação midiática e, conseqüentemente, é apontada e analisada com frequência nos trabalhos que se debruçam sobre as representações dos atletas paralímpicos na mídia.

O referido tema emerge no trabalho de Santos *et al.* (2018), que trataram da cobertura feita pelo jornal Folha de São Paulo acerca dos Jogos Paralímpicos no Brasil entre 1992 e 2016. Os autores concluíram que são poucos os estudos que discutem as relações entre a mídia e o esporte paralímpico (p. 191). Na pesquisa, de cunho quantitativo e descritivo, foram coletadas edições do jornal impresso e, na tabela de notícias encontradas, constou apenas uma menção ao Hipismo Paralímpico em todo o período investigado. Ou seja, além das conclusões dos próprios autores com relação à ausência de material acadêmico sobre sua questão principal, é possível perceber que o Hipismo Paralímpico não figurou como destaque naquele impresso no período estudado. Curiosamente, nesse intervalo, o Brasil teve suas melhores participações em Jogos Paralímpicos na modalidade.

Atualmente, no entanto, encontram-se inúmeras notícias sobre o Hipismo Paralímpico em veículos de mídia on-line. Uma rápida busca na internet demonstra que, em sua maioria, as notícias versam sobre feitos de atletas, notadamente, na atualidade, os de Rodolpho Riskalla. As reportagens relacionadas ao Hipismo Paralímpico estão de acordo com o que é apontado na literatura, especialmente nos trabalhos aqui elencados, no que tange à cobertura da imprensa sobre o paradesporto. É comum que,

[...] quando a notícia se propõe a relatar sobre um aspecto mais particular de um atleta, utiliza palavras como superar limitações, evidenciando mais a deficiência do atleta do que comparar fontes próprias e específicas de informação como as *fan pages* do CPB e do Time Brasil (Vicoli; Caram, 2016, p. 73).

No caso de Rodolpho Riskalla, as reportagens, independentemente de sua manchete e de seu conteúdo, marcam repetidamente sua transição do Hipismo Olímpico para o Adestramento Paraequestre, assinalando a doença que o levou a se tornar atleta paralímpico. O atual protagonismo do atleta também foi percebido por Bataglioni e Mazo (2020), em trabalho que trata das representações sociais do movimento paralímpico brasileiro, nos ensejos da pandemia de Covid-19, na mídia, quando encontraram mais de uma matéria jornalística a seu respeito.

Em extensa matéria publicada, foram apresentadas informações acerca da trajetória do atleta, que até o ano de 2015 participava de campeonatos do hipismo convencional, tendo conquistado uma série de resultados expressivos (p. 85).

A reportagem não deixou de citar a meningite bacteriana contraída por Riskalla no ano de 2015. Um ano após a enfermidade, período no qual se recuperou e fez a transição do esporte olímpico para o paralímpico, o atleta participou dos Jogos Paralímpicos do Rio, em 2016, conquistando o décimo lugar individual. Além do atleta, a reportagem cita os nomes dos cavalos, Don Henrico e Don Frederic, que acompanham o atleta nas competições paralímpicas. Afinal, os cavalos também são considerados, sucedendo forte relação de interação entre ambos (atleta e cavalo). “[...] O percurso esportivo do atleta voltou a ser noticiado em primeiro de junho, com a divulgação de sua participação na primeira Live Paralímpica do mês de junho” (Bataglioni; Mazo, 2020, p. 85).

Ainda na temática da cobertura da mídia sobre o paradesporto, em pesquisa na qual analisou os jornais Correio Braziliense e Folha de São Paulo, nos Jogos Paralímpicos de 2008, em Pequim, Palma (2008) encontrou uma menção ao Hipismo Paralímpico na capa do Correio Braziliense, no dia 10 de setembro de 2008, que dizia: “[...] o braziliense Joca ganhou bronze no adestramento individual”. Já Mazo *et al.* (2018), no intuito de discorrer sobre as memórias esportivas de atletas do Rio Grande do Sul nos Jogos Paralímpicos do Rio – que ocorreram entre 7 e 18 de setembro de 2016 –, catalogaram e analisaram a cobertura do jornal gaúcho Zero Hora sobre o megaevento esportivo, começando no ano de 2015 e encerrando ao final de 2016. Em todo o material coletado, houve apenas uma menção ao Hipismo Paralímpico, localizada em reportagem com abordagem explicativa, que descrevia todas as modalidades dos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro.

Embora os três atletas citados nos textos consultados durante a produção deste trabalho sejam do sexo masculino – Joca, Riskalla e Sérgio Oliva –, Alencar (2019), em estudo observacional realizado na Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFPE), sediada em Brasília, Distrito Federal, caracterizou a faixa etária e a predominância do sexo das pessoas com deficiência que praticam esportes, bem como sua adesão. A instituição na qual foi realizado o estudo não tem fins lucrativos e presta serviços gratuitos a pessoas com deficiência e seu núcleo familiar residentes

no Distrito Federal e em sua região integrada de desenvolvimento. De acordo com o autor, sua pesquisa constatou que houve uma adesão relevante de atletas, com nenhum abandono, e identificou uma tendência à escolha de duas modalidades paralímpicas por parte das mulheres: tênis de mesa e hipismo.

Apenas duas modalidades tiveram número de representantes do sexo feminino superior ao masculino, hipismo e tênis de mesa, sendo que nessa última foi observado que as mulheres possuem chance aumentada em seis vezes de escolher esse esporte para seguir carreira (Alencar, 2019, p. 19).

Cabe ressaltar que, apesar de ambas as modalidades destacadas possuírem mais praticantes mulheres, no centro de treinamento especializado, havia maior número de praticantes homens.

3.2 Hipismo Paralímpico e a Equoterapia

A Equoterapia se caracteriza por ser um método

[...] terapêutico e educacional que utiliza o cavalo como facilitador e promotor do desenvolvimento biológico, psicológico e social do seu praticante e tem como objetivo auxiliar na aquisição e melhoria das funções motoras, motivacionais, educacionais e psicológicas (Barbosa, 2018, p. 12).

O termo Equoterapia foi designado pela Associação Nacional de Equoterapia (ANDE-BRASIL), entidade fundada em 1989, e, desde seus primórdios, no Brasil, seus principais sujeitos são as pessoas com deficiência, devido aos benefícios que a prática confere a essa população (Pereira; Bataglion; Mazo, 2020, p. 880). De acordo com a ANDE-BRASIL, a Equoterapia

[...] é um método terapêutico que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência ou com necessidades especiais (Associação Nacional de Equoterapia, 2023).

O contexto que envolve a Equoterapia precisa ser considerado quando abordamos o Hipismo Paralímpico no Brasil. Na busca em banco de dados que associe pessoas com deficiência e hipismo, conforme ocorreu neste estudo, é esperado que retornem textos referentes à Equoterapia. Assim, na continuidade dessa mesma pesquisa, passamos a considerar esse termo para uma nova busca e coleta de resultados. No entanto, as relações entre ambas as práticas não se limitam à escolha de palavras-chave. As aproximações entre o Hipismo Paralímpico e a Equoterapia são conceituais – afinal, ambas as práticas contam com a presença do cavalo e se caracterizam por seu manejo.

Do ponto de vista da natureza das atividades, a Equoterapia tem um viés terapêutico, enquanto o hipismo é uma prática esportiva. Isso, porém, não impede que haja intersecções entre ambas; afinal, dois dos quatro programas que compõem a Equoterapia adentram o território do esporte. No pré-esportivo “[...] o praticante tem condição para conduzir o cavalo, mas mesmo sem praticar a equitação, pode participar de pequenos exercícios de hipismo”, segundo Barbosa (2018, p. 19). De acordo com a autora, o programa Esportiva paraequestre “[...] prepara pessoas com deficiências para participar de competições paraequestres que podem ser individuais, em dupla ou em equipe (Barbosa, 2018, p. 19).

Nascimento, Gross e Lisboa Júnior (2021), em sua revisão sistemática, procuraram compreender a atuação da Equoterapia, de modo geral, e seus benefícios para as pessoas com deficiência. Para isso, realizaram pesquisa bibliográfica descritivo-exploratória e, por fim, trataram de conectar a prática com a área da Educação Física. Em sua pesquisa, igualmente destacaram os programas da Equoterapia, Hipoterapia, Educação/Reeducação, Pré-esportivo e Esportivo e esclareceram as características dos praticantes (Nascimento; Gross; Lisboa Júnior, 2021, p. 138-139). Na Hipoterapia, “[...] o praticante não possui condições físicas e/ou mentais de manter-se sozinho no cavalo, sendo necessário um auxiliar-guia para conduzir o animal e um auxiliar lateral para mantê-lo montado”. Já na Educação/Reeducação, “[...] o praticante tem condições de exercer alguma atuação sobre o cavalo e conduzi-lo, dependendo em menor grau dos auxiliares”. No programa Pré-esportivo, “[...] o praticante tem boas condições para atuar e conduzir o cavalo, induzi-lo a participar de pequenos exercícios específicos” e, no Esportivo, “[...] o praticante deve ter boas condições para estar a cavalo, e apto as competições hípcas como, por exemplo, Hipismo Adaptado, Paraolimpíadas e Olimpíadas Especiais”.

Ao exemplificar relações entre Equoterapia e o esporte, Menin (2017) descreveu seu próprio caso, ao qual se refere como de sucesso e esperança. Nascido com limitação de movimentos em decorrência de paralisia cerebral, ele iniciou a hipoterapia com 1 ano de idade, tornou-se cavaleiro profissional de Adestramento Paraequestre e chegou a sonhar com uma vaga nos Jogos Paralímpicos (p. 19)

Já do ponto de vista histórico, a associação entre a presença do cavalo em práticas terapêuticas e a equitação já estava registrada em tratados de medicina desde a antiguidade, existindo também registros da Idade Moderna. Conforme Barbosa (2018, p.13): “[...] Hipócrates (458-370 a.C.), considerado uma das figuras mais importantes da história da Medicina, e Galeno (130-199 d.C.), médico e filósofo da época, já faziam menções sobre os benefícios do exercício do cavalo para o cavaleiro”. No entanto, lembra que “[...] só a partir de 325 d.C. escritores médicos fizeram comentários sobre a prática para o tratamento de doenças. Ressalta Mercurialis, 1596, que a equitação exercita não só o corpo, mas também os sentidos” (Barbosa, 2018, p. 13).

Em extenso relatório para trabalho de conclusão que trata da construção de um centro de Equoterapia, Barbosa (2018) apresentou pesquisa diversificada acerca da Equoterapia. Os entrelaçamentos com as práticas do hipismo emergem não apenas no histórico ou na distribuição dos programas que a compõem. A relação com o esporte pode ser vista na lista de benefícios para os praticantes. Muitos dos ganhos que a terapia pode proporcionar, enumerados no trabalho, são facilmente relacionados com benefícios obtidos por praticantes de outras práticas esportivas, tais como: coordenação de movimentos de tronco e membros com o sentido da visão, organização e consciência corporal, desenvolvimento da coordenação motora fina, desenvolvimento de disciplina, conhecimento da importância de regras, aumento da capacidade de tomada de decisões e promoção de bem-estar (p. 20). A autora destaca, ainda, a interdisciplinaridade presente nas atividades de Equoterapia e afirma que “[...] a equipe interdisciplinar deve ser a mais ampla possível, contando com profissionais da área de saúde, educação e equitação como: pedagogo, terapeuta, educador físico, fonoaudiólogo, assistente social, médico e etc.” (p. 27), referindo, dessa forma, o papel do(a) Professor(a) de Educação Física nesse cenário. Informou, ainda, ao frisar as distinções e semelhanças entre as práticas, que “[...] os cavalos, para a terapia, têm altura mais baixa, se comparado aos de hipismo, e medem de 1,50 a 1,60 metros” (p. 58). Ademais, Lima (2018) destacou a ampla missão do profissional de equitação em uma equipe multidisciplinar, pois esse é responsável por ajudar a formar um cavalo que possa ser conduzido por qualquer pessoa treinada pra tal atividade, o que é fundamental para a realização da Equoterapia.

É importante também ressaltar que a forma como o hipismo e a Equoterapia se relacionaram, ao longo do tempo, no país, foram determinadas pelas necessidades estabelecidas pelo contexto histórico em que estavam inseridas. Em sua pesquisa, Pereira, Bataglion e Mazo (2020) trataram de alinhar Equoterapia, saúde e esporte, ao desvendarem figurações da prática, no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1970 e 2000. As autoras destacam que o Estado está entre os que possuem maior concentração de adeptos da Equoterapia no Brasil, bem como frisam a intensa relação dessa prática com o hipismo (Pereira; Bataglion; Mazo, 2020). Ademais, comentam que, após ter cumprido extenso papel como meio de transporte ou utilizado em locais de trabalho, lazer ou prática esportiva, o cavalo passou a ser inserido em ambiente terapêutico, naquele estado, na década de 1990. Afirmam ainda que, “[...] para melhor apreender a presença da equoterapia na sociedade sulriograndense, faz-se importante situar as diferentes demandas do momento, caracterizado como um período de transformações no estado” (Pereira; Bataglion; Mazo, 2020, p. 881), tais como a expansão da urbanização e do setor industrial, bem como uma intensificação das desigualdades regionais, decorrente desse cenário.

Outrossim, por se constituir em torno dos saberes e dos fazeres do hipismo, a Equoterapia incorporou suas características e representações no estado do Rio

Grande do Sul, ao construir uma relação contínua de interdependência. As autoras ainda relatam que “[...] a prática da equoterapia é composta por atores eminentemente sociais e históricos”, os quais são “[...] pessoas carregadas de cultura e saberes” (Pereira; Bataglian; Mazo, 2020, p. 882). O conjunto histórico e de saberes da Equoterapia e do Hipismo Paralímpico se entrelaçam, também, por outro motivo: ambos possuem, em suas origens e na continuidade de sua prática, forte presença e participação de instituições militares, assim como ocorre com variadas práticas equestres, conforme será discutido no tópico a seguir.

3.3 Militares e as práticas paraequestres

A relação do humano com os cavalos, ao longo da história, é facilmente associada ao trabalho e à guerra. De acordo com Guimarães (2010), a equitação militar possivelmente data de 4.500 a 2.500 anos a.C. O uso do cavalo trouxe velocidade e ação de choque para as guerras, o que perdurou até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando veículos motorizados passaram a ser utilizados em combate. Segundo Guimarães (2010), o período da Primeira Guerra mudou a perspectiva de uso do cavalo “[...] que tinha como principais utilizações a máquina de guerra e o transporte” (p. 10). Diante dessa situação, esperava-se que os cavalos fossem, aos poucos, sendo descartados; mas, o que sucedeu foi sua valorização em outra perspectiva, “[...] na equitação, tanto como esporte, lazer e também posteriormente, como terapia, na recuperação ou tratamento de algumas enfermidades” (Guimarães, 2010, p. 10).

Conforme mencionado anteriormente, a presença do cavalo como agente terapêutico na reabilitação humana é antiga, e não teria sido diferente no ambiente militar. Essa função para os cavalos, dentro do conjunto das práticas militares, tem registros ainda anteriores à substituição do animal nos campos de batalha. “[...] Na antiguidade, esta técnica já era muito utilizada para recuperação de militares acidentados na guerra, e até mesmo na prevenção da insônia e outros males” (Barbosa, 2018, p. 13). Outrossim, a relação com as práticas militares está diretamente relacionada à gênese da Equoterapia no Brasil. O reconhecimento das primeiras manifestações de práticas de interações e de intervenções assistidas com equinos com fins terapêuticos, entendidas, na época, sob um amplo conceito guarda-chuva de “Equitação Terapêutica”, teve suas primeiras manifestações na Inglaterra, no início do século XX, tendo como marco inicial a sua aplicação em soldados feridos na Primeira Guerra Mundial (Lima *et al.*, 2021; Barbosa, 2018). O estudo acerca da prática/técnica avançou na década de 1950, pela iniciativa de fisioterapeutas britânicos que exploraram os princípios básicos da equitação como terapia para todas as deficiências. Após quase 20 anos, em 1969, foi criada a *Riding for Disable Association* (Associação Britânica de Equitação Terapêutica), cuja sigla é RDA, com apoio da Família Real. A utilização das interações e intervenções

assistidas com equinos, com fins terapêuticos e educacionais, se deu, assim, ao longo do século XX, ao mostrarem-se como práticas bem sucedidas e indicadas como terapia ou educação, para pessoas com deficiência ou não.

No Brasil, os militares tiveram participação decisiva no processo e na difusão das práticas equestres em geral. De acordo com Pereira (2012b), a prática do salto do hipismo tem seus primórdios, no caso de Porto Alegre (RS), associados ao contexto militar, e “[...] era restrita somente aos policiais e oficiais militares, reportando às possíveis origens de desenvolvimento deste esporte ao nível mundial” (p. 69). Por conseguinte, os militares tiveram participação também na implementação de um tipo de prática terapêutica envolvendo os cavalos. Enquanto o Exército Brasileiro teve protagonismo nos primórdios da Equoterapia em nível nacional, a Brigada Militar, denominada em outros estados como Polícia Militar, foi pioneira ao organizar as práticas do hipismo e da Equoterapia no Rio Grande do Sul.

A própria Associação Gaúcha de Equoterapia (AGE-RS) foi constituída, em setembro de 1995, por ação de diversos militares e civis, apresentando, por origem, o Centro de Equoterapia Osório, além de demais centros existentes até então (Pereira; Bataglioni; Mazo, 2020, p. 886).

Porém, apesar do

[...] pioneirismo da Brigada Militar no que concerne aos primórdios da participação do cavalo tanto no campo esportivo como no terapêutico no estado [...] a prática, nas dependências da Brigada Militar, até os dias atuais, não foi reconhecida pela Ande-Brasil (Pereira; Bataglioni; Mazo, 2020, p. 886).

Brito (2017), por sua vez, destaca o papel da Polícia Militar da Bahia/Esquadrão da Polícia Montada na implantação e na disponibilização do serviço de Equoterapia, que tem sua história, em Salvador, construída com o apoio determinante dessa instituição, bem como com o auxílio de organizações não governamentais e da própria prefeitura municipal, ao entender a prática da Equoterapia como uma política pública.

Em estudo que trata da utilização de cavalos como recurso terapêutico da Equoterapia em entidades hípias de Porto Alegre entre as décadas de 1990 e 2000, Pereira (2012a) igualmente ressaltou o pioneirismo dos militares nessa prática, tanto em Brasília, quanto na capital gaúcha. “[...] Cabe ressaltar que, assim como o hipismo, advindo da Equitação Clássica, a Equoterapia, também de origem clássica, tem seus primórdios relacionados com o ambiente militar em Porto Alegre” (Pereira, 2012a, p. 8). Este é o caso do primeiro centro de Equoterapia instalado no Brasil, na cidade de Brasília/Distrito Federal pela iniciativa também de militares (Pereira, 2012a).

Por meio da leitura das publicações acadêmicas que tratam do tema, é possível ponderar que a estruturação do cenário do Hipismo Paralímpico, no Brasil, tem raízes no hipismo clássico e na Equoterapia, os quais, por sua vez, relacionaram-se entre si de forma ativa ao longo de sua história. Ainda corroboramos que todas as três práticas contaram com a iniciativa e forte participação de militares para o seu estabelecimento no país, os quais atualmente ainda possuem importante atuação nesses contextos. Essa configuração de influência mútua é bastante marcante e cria uma história cultural comum, que envolve todos os atores envolvidos nos processos referentes a essas práticas distintas. Ou seja, “[...] Por meio do capital cultural compartilhado entre o hipismo e a equoterapia, tem-se o primeiro indício de uma possível figuração cultural instituída entre eles” (Pereira; Bataglion; Mazo, 2020, p. 885).

Na teia de relações que são encontradas quando o assunto é Hipismo Paralímpico, é preciso a retomada de sua origem junto ao hipismo convencional e também de sua associação ao desenvolvimento da Equoterapia no país. Dessa forma, é possível compreender de que maneiras essas práticas se relacionam e, por fim, vislumbrar de que forma o Adestramento Paraequestre foi gradativamente se tornando o Esporte Paralímpico que é hoje. Finalmente, é essencial que se perceba a importância da atuação dos círculos militares não apenas na difusão e no desenvolvimento dessa prática, mas também na criação de seu capital cultural e de suas representações sociais no Brasil.

4 Conclusões

A presente pesquisa teve, como propósito, explorar e discutir o “estado da arte” com relação ao tema do Hipismo Paralímpico na produção acadêmica disponível online nos bancos de dados selecionados. Diante dos resultados obtidos nas buscas em bancos de dados, foi possível chegar à conclusão de que ainda há pouca produção sobre a temática Hipismo Paralímpico. O termo dificilmente aparece como tema central de artigos e trabalhos acadêmicos, ao passo que é mais frequentemente citado em estudos que tratam dos esportes paralímpicos no geral, muitas vezes figurando em um rol de modalidades. Com a análise crítica do material, foi possível perceber, ainda, que o Hipismo Paralímpico é citado em trabalhos que tratam da representação da mídia acerca do paradesporto e das trajetórias dos próprios atletas paralímpicos, no que parece ser um tema que vem ganhando força na pesquisa atualmente.

Com relação ao histórico do Hipismo Paralímpico, constatou-se que, para compreender melhor as raízes da temática escolhida no Brasil, é preciso que se considere seu entrelaçamento histórico com a Equoterapia. Ademais, a exemplo do que ocorreu com as práticas equestres em geral e com própria a Equoterapia, infere-se que houve forte participação de entidades militares no desenvolvimento e na propagação do Adestramento Paraequestre no país.

Ao concluir-se, entende-se que ainda há um campo a ser explorado no que diz respeito aos estudos sobre o Hipismo Paralímpico brasileiro enquanto prática independente, especialmente no que tange ao seu histórico particular e às suas peculiaridades. Esse paradesporto possui história própria, além de diversas conquistas de medalhas importantes em campeonatos e nos Jogos Paralímpicos. É uma modalidade única, que mistura, em suas origens, as terapias equestres e as atividades militares, bem como se apropria do contexto e das representações sociais do hipismo convencional. Outrossim, é uma prática na qual profissionais podem atuar de forma multidisciplinar, mesclando os benefícios da reabilitação às conquistas do esporte.

Referências

- ALENCAR, L. S. de. *Idade e sexo como fatores preditores da escolha de uma modalidade esportiva paralímpica*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Fisioterapia) - Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2019. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26835/1/2019_LucasSilvaDeAlencar_tcc.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.
- ALMEIDA, J. J. G.; CARMO, I. A. C. da F.; RODRIGUEZ, J. J. H. Hipismo. In: MELLO, M. C.; WINCKLER, C (org.). *Esporte Paralímpico*. São Paulo: Atheneu, 2012. p. 149-160.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA. Disponível em: http://equoterapia.org.br/articles/index/article_detail/142/2022. Acesso em: 8 nov. 2023.
- BARBOSA, I. da S. *Centro de equoterapia: reabilitação física e psicológica para pessoas com deficiências*. Relatório de Pesquisa para Trabalho de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Taubaté, Taubaté, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/4688>. Acesso em: 7 nov. 2023.
- BATAGLION, G. A.; MAZO, J. Z. Movimento paraolímpico brasileiro nos ensejos da pandemia de Covid-19: isolamento social e representações sociais na mídia digital. *Revista Thema*, Pelotas, v. 18, p. 70-91, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/236883>. Acesso em: 4 nov. 2023.
- BRITO, M.C.G. Equoterapia: método sustentável através da política e estratégia com o Poder Público. In: *Equoterapia: teoria e prática no Brasil*. Soares, D. F. G. et al. (org.). Editora FUNNEC, 2017.
- COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. *Regimento Interno da Academia Paralímpica Brasileira*. São Paulo, fev. de 2018. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/academiaparalimpica/apresentacao>
- COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL. *International Paralympic Committee Style Guide*. Bonn, mar. de 2017. Disponível em: https://oldwebsite.paralympic.org/sites/default/files/document/171212103704442_2017_03_03+IPC+Style+Guide.pdf
- GROSS et al. Equoterapia para pessoas com deficiência: uma conexão com a educação física. *Revista Amazônia Science & Health*, v. 2318, p. 1419, 2019. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/210705496.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

NASCIMENTO, M. B. M. T.; GROSS, D. G. L.; LISBOA JÚNIOR; I. M. Equoterapia para pessoas com deficiência: Uma conexão com a educação física. In: ALMEIDA, F. A. de (org.). *Educação Infantil: as contribuições da educação no processo de desenvolvimento da criança*, 2021. p. 134-139. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/210705496.pdf>

GUIMARÃES, W. H. *Equitação terapêutica em uma organização militar do Exército Brasileiro: condições legais para implantação*. Monografia (Especialização em Equitação) – Escola de Equitação do Exército, Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <https://silo.tips/download/ministerio-da-defesa-exercito-brasileiro-escola-de-equitacao-do-exercito-2>. Acesso em: 2 nov. 2023.

LIMA, S. J. O. *O cavalo na equoterapia e na interface equitação/reabilitação*. Paco Editorial: Jundiaí-SP, 2018.

LIMA, S. J. O. *et al. Manual de boas práticas para o bem-estar do cavalo nas terapias e atividades assistidas com equinos*. Paco Editorial: Jundiaí-SP, 2021.

MARQUES, R. F. R. *et al.* A abordagem midiática sobre o esporte paralímpico: o ponto de vista de atletas brasileiros. *Movimento*, v. 20, n. 3, p. 989–1015, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/41955/31590>. Acesso em: 30 out. 2023.

MAZO, J. Z. *et al.* Jogos Paralímpicos Rio 2016: memórias esportivas de atletas Sul-rio-grandenses. *Brazilian Journal of Education, Technology and Society (BRAJETS)* – Especial Section, “Disability, Education, Technology and Sport”, v. 11, n. 01, p. 87-104, 2018. <http://dx.doi.org/10.14571/brajets.v11.n1>. Disponível em: <http://brajets.com/index.php/brajets/issue/view/19>. Acesso em: 24 out. 2023.

MENIN, L. F. Q. Um relato de sucesso e esperança. In: SOARES, D. F. G. *et al* (org.). *Equoterapia: teoria e prática no Brasil*. Editora FUNNEC, 2017.

PEREIRA, E. L. *O cavalo como recurso terapêutico da equoterapia em entidades hípicas de Porto Alegre*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Equoterapia) - Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2012a.

PEREIRA, E. L. *As práticas equestres em Porto Alegre: percorrendo o processo da esportivização*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande, Porto Alegre, 2012b.

PEREIRA, E. L.; BERTOLDI, R. *Do equestre ao paraequestre: representações sociais nas memórias de um salto hípico*. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 13., 2016, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação Brasileira de História Oral. p.1-8. 2016. Disponível em: https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462124003_ARQUIVO_Doequestreaoparaequestre-representacoessociaisnasmemoriasdeumsaltohipico.pdf, Acesso em: 25 out. 2023.

PEREIRA, E. L.; BATAGLION, G. A.; MAZO, J. Z. Equoterapia, saúde e esporte: figurações da prática no Rio Grande do Sul, 1970-2000. *História, Ciências, Saúde -Manguinhos*, v.27, n.3, p. 879-897. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000400010>. Jul./set., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/3KDsH4dfM8x5kGBCK8LYK4F/>. Acesso em: 15 out. 2023.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x pesquisa narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 1-2, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr>. Acesso em: 10 fev. 2023.

TONON, L. M. M. *Olímpicos e paralímpicos: separados por um instante: retratos biográficos dos “instantes significativos” de atletas que transitaram entre os movimentos olímpico e paralímpico*. Tese (Doutorado em Educação Física) - Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/39/39136/tde-17052022-101239/en.php>. Acesso em: 10 out. 2023.

SANTOS, S. M. dos; SOUZA, D. L. de. O esporte paralímpico na mídia ou da mídia? Uma revisão de literatura. *In: CONGRESSO SUL BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE*, 8., Criciúma, 2016. *Anais...* Criciúma, n. 1, p. 1-22, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/239809>. Acesso em: 15 out. 2023.

SANTOS, S. M. dos *et al.* Mídia e jogos paralímpicos no Brasil: a cobertura da Folha de S. Paulo entre 1992 e 2016. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 40, n. 2, p. 190-197, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0101328917300975?via%3Dihub>. Acesso em: 8 fev. 2023.

VICOLI, A. G. R.; CARAM, N. Mídia e esporte: um estudo da imagem do atleta paralímpico brasileiro retratada na mídia. *Revista Multiplicidade*. Bauru, v. 7, n. 7, p. 63-76, 2016

Notas sobre os autores

Juliana Maia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
e-mail: julianatmaia@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3874-8159>

Ester Liberato Pereira
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)
e-mail: ester.pereira@unimontes.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6193-9132>

Janice Zarpellon Mazo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
e-mail: janice.mazo@ufrgs.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8215-0058>

Apoio financeiro e agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Processo: APQ-03240-22, Edital N° 009/2022 - Fortalecimento e Consolidação da Pesquisa na UEMG e UNIMONTES. Este texto faz parte do projeto: HIPPOS BR - Projeto Interinstitucional de Mapeamento Histórico do Esporte Hípico no Brasil (<https://www.instagram.com/hippos.br/>).

Recebido em: 05/12/2023

Reformulado em: 12/01/2024

Aceito em: 18/01/2024